

Política de Privacidade do Canal de Denúncia

A Oliveira Sá, S.A e a Lankhorst Euronete Portugal, S.A, doravante conjuntamente designadas “WireCo Portugal” são as responsáveis pelo tratamento de dados pessoais relativamente às denúncias apresentadas no canal de denúncia face a cada uma destas respetivamente.

A WireCo Portugal informa-o da sua política de privacidade relativa ao tratamento dos dados pessoais no âmbito do canal de comunicações implementado para a realização de denúncias de infrações. O tratamento dos dados pessoais e a sua segurança estão em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), bem como, com a respetiva lei de execução nacional (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto), o Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro. Os seus dados são recolhidos e tratados no âmbito do canal de denúncias implementado.

Responsável pelo tratamento: A Oliveira Sá, S.A e a Lankhorst Euronete Portugal, S.A são as entidades responsáveis pelo tratamento dos seus dados pessoais de decorrentes das denúncias que a cada entidade digam respeito.

Finalidades do tratamento de dados: Os dados pessoais serão tratados para efeitos de gestão de denúncia, investigação e resolução de infrações relacionadas com atos ou omissões contrárias às regras constantes dos atos da União Europeia bem como, às normas nacionais que os executem no âmbito civil, penal e contraordenacional. Os dados são tratados ainda para efeitos de comunicação com os denunciantes quando a sua identidade seja conhecida, bem como, com terceiros na qualidade de testemunhas chamadas para investigação e resolução da denúncia.

Categorias de dados e seus titulares: poderão ser tratados no âmbito do canal de denúncia, dados de identificação, dados de contacto e dados profissionais dos denunciantes e dos denunciados e todos os dados relevantes ao processo de análise e investigação da denúncia.

Fundamento de licitude: O fundamento de licitude é o interesse legítimo da WireCo Portugal na recolha e investigação das denúncias apresentadas, bem como, o cumprimento das obrigações legais de prevenção e combate à corrupção e proteção do denunciante, nomeadamente a implementação e gestão dos canais de denúncia.

Direitos dos titulares dos dados: O titular dos dados pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação do tratamento, portabilidade e o direito de retirada do consentimento de acordo com o RGPD com as limitações da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, que aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais que transpõe a

Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, mediante o envio de uma comunicação dirigida ao Encarregado da Proteção de Dados através do e-mail _____ ou via postal, para:

Oliveira e Sá, S.A
Rua do Outeiro, 906 4475-150 Maia, Porto

Lankhorst Euronete Portugal, S.A
R da Cerfil 4475-468 Maia, Porto

O titular dos dados poderá apresentar uma reclamação junto da autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, através do sítio web: www.cnpd.pt.

Prazos de conservação dos dados pessoais: Os dados pessoais serão conservados durante o período de 5 (cinco) anos e independentemente desse período, durante o tempo necessário às finalidades, nomeadamente, durante a pendência de processos judiciais ou administrativos referentes às denúncias.

Medidas de segurança: As medidas de segurança implementadas estão em conformidade com o RGPD e demais legislação aplicável. São empregues as medidas técnicas e organizativas em conformidade com o RGPD, necessárias à garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, nomeadamente, através de medidas de pseudonimização e cifragem dos dados, *backups* e medidas de restabelecimento em caso de acidente ou catástrofe, bem como controlo de acessos através da definição de perfis de acesso, mediante a avaliação da necessidade de conhecimento para o exercício de suas funções.

Transferências dos dados: A fim de garantir a correta operação do canal de denúncia, os seus dados poderão ter de ser comunicados a subcontratados, o que implica o acesso aos dados, por estas entidades. Quando tal sucede, tomamos as medidas adequadas, contratualmente previstas, de forma a assegurar que esses terceiros apresentam garantias suficientes e adequadas de execução de medidas técnicas e organizativas e que atuarão apenas de acordo com as nossas instruções. Do mesmo modo, os seus dados poderão ser comunicados a países terceiros, externos ao Espaço Económico Europeu, nomeadamente os Estados Unidos da América. Neste caso, cumprimos rigorosamente as disposições legais aplicáveis e determinaremos a adequabilidade do país ou organização em causa no que concerne aos requisitos aplicáveis a tais transferências. Em particular, serão acauteladas as questões da segurança ao nível da transmissão dos dados, se os terceiros respeitam a confidencialidade dos dados recebidos, se não os utilizam em caso algum para finalidades diversas das que motivaram a transmissão ou para benefício próprio ou de terceiro.

Questões e esclarecimentos: Para qualquer questão ou pedido de esclarecimento deverá ser contactado o Encarregado da Proteção de Dados através do contacto *supra* identificado.